

História Oral e História da Educação Matemática: considerações sobre um método

Antonio Vicente Marafioti Garnica, UNESP, vgarnica@fc.unesp.br

Resumo

Partindo do pressuposto de que a História Oral é alternativa metodológica para pesquisas sobre a História da Educação Matemática, este texto aborda alguns de seus aspectos procedimentais e princípios. Particularmente, destacam-se, na discussão, os conceitos de subjetividade, objetividade e imparcialidade; e a aproximação entre História Oral e Historiografia.

Introdução

Como guias possíveis para enfrentar a difícil tarefa de configurar um campo de interesses – o da História da Educação Matemática – algumas sistematizações têm sido propostas. “Sistematização” é o termo usado (GARNICA, 2010) para fazer referência a vários estudos que têm como intenção principal compreender a produção de um determinado campo do conhecimento (no caso, aquele no qual se inscrevem pesquisas cujos temas se constituem na interface História-Educação Matemática). Nesse sentido, os estudos de Miorim (2005), Gomes e Brito (2009), Gomes (2010) e Souto (2010) têm intenções similares: estudar, a partir de resíduos/manifestações/registros disponíveis (sejam trabalhos apresentados em eventos, sejam livros, artigos, dissertações e teses, etc.), o modo como o campo em questão vai se delineando e, como que numa conclusão desses esforços, explicitar ou sugerir categorias/classificações/tendências cuja intenção precípua é apresentar, de forma às vezes sintética, às vezes descritiva, os resultados da trajetória analítica desenvolvida.

Nessas sistematizações – voltadas mais particularmente a compreender a produção brasileira da área –, a História Oral tem ocorrido para nomear uma determinada forma de enfrentamento a objetos no campo da História da Educação Matemática. Essa aproximação entre História Oral e Historiografia é um dos temas que pretendemos abordar neste texto.

História Oral e Historiografia

O que significa afirmar: “Este trabalho é um trabalho que tem como metodologia¹²¹ a História Oral?” Significa, antes de mais nada, que o trabalho cuida de constituir fontes das quais ele próprio – e outros – podem nutrir-se para focar determinados objetos de pesquisa. Mas essa é uma resposta bastante vaga, posto que parte significativa dos trabalhos de pesquisa em Educação Matemática, abraçando uma ou outra perspectiva qualitativa de investigação, faz

¹²¹ “Metodologia” é um complexo formado por ações (procedimentos) e as fundamentações que dão lastro a esses procedimentos, visando a um objetivo. Disso decorre a defesa da História Oral como metodologia de pesquisa.

isso. Mais além, então, diríamos: nos trabalhos que mobilizam a História Oral, alguns parâmetros específicos são seguidos, e tais parâmetros são, basicamente, a série de procedimentos que cuida da constituição das fontes¹²², aliada a uma fundamentação específica desses procedimentos. Onde e como, então – pode-se perguntar – a História participa disso? A História – lendo-se aqui História como Historiografia, o processo de escrever, de registrar a historicidade do mundo, o estudo da duração – participa desse processo dada a intenção clara e explícita que o oralista¹²³ tem, qual seja, registrar memórias e, a partir delas, intencionalmente, constituir fontes históricas.

Quando cria suas fontes o oralista não está, necessariamente, impondo-se desenvolver uma operação historiográfica¹²⁴ em sua plenitude, mas deve conhecer os trâmites gerais de uma operação historiográfica, já que ele a possibilita ao prover, seja para a pesquisa, seja para alguma forma possível de intervenção, prática ou teórica, registros que podem iniciar um outro movimento de registro, narrativas que implicam a possibilidade de constituir outras narrativas. Quando cria fontes, o oralista pode, inclusive, dispor-se partir delas para a constituição de uma narrativa historiográfica. Mas a elaboração da fonte, “apenas” ela, não é o todo de uma operação historiográfica: a fonte pode – se essa for a opção do pesquisador – alimentar uma operação historiográfica, nunca confundir-se com ela.

Mais objetivamente: a História Oral não é um método a ser aplicado apenas em pesquisas que pretendem investigar a “história de...”, ainda que, independente do tema da pesquisa, ao usar a História Oral o pesquisador se aproxime de questões historiográficas, da prática de escrever história, já que uma das funções da História Oral é, segundo nossas concepções – reiteramos – intencionalmente constituir fontes (daí nossa disposição em tornar públicos, na íntegra, os registros que elaboramos¹²⁵). Mas não é o pesquisador quem decide se seus escritos serão ou não utilizados, no presente ou no futuro, como fontes historiográficas (isso é uma atribuição do leitor que escapa às intenções do

¹²² Dentre esses, particularmente, ressaltam-se os critérios de seleção de entrevistados, a coleta de entrevistas, a de-gravação (bruta), os vários momentos de textualização, a checagem do texto gerado e a cessão de direitos para uso desses textos.

¹²³ Oralista, aqui, é termo usado para identificar os pesquisadores que se valem da História Oral como método de pesquisa. Alguns pesquisadores usam, nesse mesmo sentido, o termo “memorialista”. Nossa opção por “oralista” pretende ressaltar a oralidade como “recurso básico” a partir da qual as fontes – registros de memórias – são constituídas. As fontes com as quais os oralistas trabalham nem sempre são fontes “orais”, propriamente dizendo. Na maioria dos casos, são registros “escritos” de expressões orais, uma vez que (a) a História Oral indica uma série de mecanismos de textualização que permitem ao oralista partir da oralidade e gerar fontes escritas e (b) que o trabalho com as fontes propriamente orais – cujo suporte é a fita gravada – impõe severos limitantes ao processo, seja quanto à utilização (manipulação), seja quanto à manutenção ou conservação.

¹²⁴ Uma operação historiográfica é um movimento composto por um conjunto de ações que se iniciam ao optar por algumas fontes para, a partir delas, analiticamente, compor uma narrativa historiográfica.

¹²⁵ Essa divulgação pública tem sido feita nos relatórios de pesquisa (em dissertações e teses, por exemplo), dado ser muito difícil, por questões técnicas, divulgar esses textos, na íntegra, em outros tipos de produção, como artigos.

autor) e, por isso, todas as produções, todos os registros, são fontes historiográficas potenciais, queiramos ou não. O que ocorre em História Oral é que a opção por seguir este método implica *intencionalmente* constituir fontes historiográficas – sejam essas fontes usadas ou não, no presente ou no futuro, como tal.

Mobilizar a História Oral – ou mesmo concebê-la como metodologia de pesquisa científica possível – só tem sentido numa certa época e em certas condições – no que Hartog chamaria de “o Regime de Historicidade contemporâneo” (GARNICA, FERNANDES e SILVA, 2011) –, em que se torna legítimo registrar subjetividades e fazer, do registro dessas subjetividades, fontes para a constituição de narrativas que podem circular no meio acadêmico.

Se a constituição intencional de fontes historiográficas pode caracterizar o esforço do oralista, é preciso que esse oralista se cerque de cuidados, tendo clara, por exemplo, uma concepção sobre o que é, para ele, praticar historiografia, o que são fontes, quais suas potencialidades, qual o alcance e a legitimidade dos discursos possíveis a partir das fontes que ele disponibiliza, em que perspectiva de ciência suas intenções e suas atividades se inscrevem, quais as ideologias e como se manifestam, tanto na criação quanto na divulgação e apropriação das fontes criadas etc. Por isso – e “apenas” por isso – o termo “História” participa da expressão “História Oral” que nomeia essa abordagem metodológica.

A História Oral, porém e portanto, cria fontes que diversos campos de pesquisa – e não apenas a Historiografia ou aqueles diretamente relacionados à Historiografia – permitem explorar. Assim, temos concebido a História Oral como metodologia de pesquisa que envolve a criação de fontes a partir da oralidade e compromete-se com análises coerentes com sua fundamentação. O diferencial é essa “criação intencional” de fontes a partir da oralidade e a fundamentação que se estrutura para essa ação. Essa mesma fundamentação orienta, inclusive, práticas de análise na pesquisa. Assim, nossos pressupostos indicam, sim, como construir fontes, mas também por que construí-las e como valer-se delas. Indicam, ainda, questões geradoras de pesquisa e abordagens de análise.

A opção pela História Oral também pressupõe que o pesquisador assuma uma “perspectiva cultural”. A inserção de uma abordagem que privilegia aspectos sociológicos e culturais nos estudos em Educação Matemática sempre foi defendida, mas recentemente essa disposição tem sido mais intensificada nos trabalhos de pesquisa produzidos nesse campo. Percebe-se uma ampliação das questões inicialmente propostas pela própria Etnomatemática e o surgimento, nessa linha, de investigações que trazem teóricos e teorias diferenciadas. A Filosofia da Educação Matemática, seja no panorama internacional ou nacional, sempre se preocupou em discutir, a partir de distintos vieses teóricos, a pertinência, a legitimidade e a necessidade de se abordar o conhecimento matemático, sua produção e disseminação, e o ensino e a aprendizagem de Matemática considerando o contexto sócio-cultural no qual os atores do cenário educacional se movimentam. Até mesmo na Modelagem Matemática, uma perspectiva em que sempre foi mais predominante o viés cognitivo, existem hoje pesquisas brasileiras em que o viés cultural está nitidamente presente,

considerando como importantes outras dimensões além da cognição e da preocupação com a construção de ferramentas didáticas e experiências de ensino específicas e alternativas. Esse horizonte de possibilidades e expectativas também não passou despercebido da linha de investigação que se conhece, hoje, por História da Educação Matemática. As perspectivas “culturais” e os aspectos “sociais” passaram a integrar as demandas dos professores e pesquisadores interessados no tema da “duração”, na busca por compreender as alterações e permanências no quadro temporal e espacial no qual se movem sujeitos e grupos.

Ao mesmo tempo em que entrelaça compreensões de vários campos de estudo – como a história, a sociologia e a antropologia, por exemplo¹²⁶ – a História Oral mantém uma tradição já consolidada na área da Educação Matemática, qual seja, a de mobilizar parâmetros qualitativos de investigação que se apóiam na oralidade, na coleta de depoimentos/narrativas que, de maneiras variadas, são analisados sob várias perspectivas e constituem novas narrativas. Como afirmam Connelly & Clandinin (1995), as narrativas – advindas de diários, entrevistas, (auto-)biografias, cartas e outros documentos –, há tempos utilizadas na pesquisa qualitativa, são uma forma de caracterizar os fenômenos da experiência humana e, portanto, seu estudo é apropriado em muitos campos das ciências sociais.

Optar por conduzir pesquisas defendendo os princípios da História Oral em Educação Matemática, portanto, não se restringe a exercitar algumas regras para coleta e tratamento de entrevistas. Mais do que isso, significa optar por modos específicos de (a) fazer surgirem questões de pesquisa, (b) buscar por informações e registrar memórias – narrativas – que nos permitam tratar dessas questões; (c) cuidar desses registros de forma ética e trabalhá-los segundo procedimentos específicos, tornando-os públicos ao final desse processo; (d) analisar o arsenal de dados segundo perspectivas teóricas em sintonia com alguns princípios previamente estabelecidos; e (e) procurar criar formas narrativas alternativas às usualmente vigentes no meio acadêmico, constituindo os trabalhos produzidos nessa vertente mais como campos de experimentação que como arraoados de certezas.

¹²⁶ Deve-se ressaltar que a Historiografia, propriamente dita, não foi a primeira área a aceitar e implementar a História Oral como metodologia de pesquisa. No Brasil, por exemplo, os primeiros trabalhos nesse sentido são da Psicologia Social. No panorama internacional esse afastamento inicial dos historiadores quanto ao método se repete. A França, por exemplo, berço de muitas escolas historiográficas (incluindo o movimento revolucionário dos Annales) demorou a incorporar a “nova tendência”. Tanto na Europa quanto nos Estados Unidos foram os sociólogos e antropólogos os precursores. Atualmente, três trabalhos de referência sobre História Oral são de autoria de ou historiadores ou pesquisadores muito próximos à historiografia (veja, por exemplo, Joutard, 1999; Thompsom (1992), Portelli (2010), Gomes (2009) e Rocha, Magalhães e Gontijo (2009)). As explicações dessa nota de rodapé devem satisfazer aos pareceristas desse artigo que, insistentemente, exigem “um diálogo maior com historiadores” ainda que o texto, em sua íntegra, tente advogar exatamente pela relativa independência do método da História Oral em relação aos historiadores e à historiografia.

As fontes criadas e sua disponibilização

As fontes historiográficas criadas com a História Oral são disparadas pela oralidade e começam a ser constituídas em momentos de entrevista. É o depoente quem decide como seus registros de memória (as gravações e os “esboços”,¹²⁷ escritos) serão disponibilizados, tornados públicos. E ainda que a própria gravação da entrevista possa ser vista como uma fonte, em nossas práticas de pesquisa temos optado por ter como fonte o texto escrito gerado – numa série de movimentos de registro – a partir da oralidade captada. Talvez essa opção por conduzir as análises a partir dos registros escritos esteja vinculada à nossa ignorância sobre como analisar diretamente a oralidade. No caminho entre a oralidade e a textualização ficam escondidas algumas cicatrizes do discurso? Certamente. Como desvelá-las? Não sabemos. Ainda. De certo temos apenas que cada registro nos permite algumas compreensões. Diferentes registros não são manifestações distintas de uma mesma coisa: são coisas distintas e, portanto, sujeitas a instrumentos distintos de análise. A oralidade, assim, é nosso ponto de partida para a compreensão. A escrita, nosso ponto de partida para a análise formal.

Dos procedimentos “regulares”

Ainda que metodologia não se reduza, sob nossa perspectiva, a um conjunto de ações, existem procedimentos relativamente estáveis que temos seguido nas pesquisas com História Oral, quais sejam: (a) a questão diretriz da pesquisa indica um grupo inicial de depoentes cuja memória é julgada importante para compreender o tema levantado pela questão diretriz. Ao serem convidados para participar da pesquisa, esses depoentes usualmente indicam outros depoentes – é o que se chama “critério de rede” para a formação do núcleo de colaboradores do trabalho; (b) os roteiros de entrevistas são elaborados e devem estar à disposição dos depoentes, caso eles os solicitem previamente para organizar suas exposições; (c) as entrevistas podem estar direcionadas a compreender um tema específico, que é parte das experiências vivenciais do depoente (nesse caso seguimos uma perspectiva conhecida como História Oral temática) ou, sem fixar tema específico, podem estar interessadas em perspectivas vivenciais amplas, num conjunto de experiências de vida relatadas por determinados atores sociais (nesse caso a perspectiva é a que temos chamado de História Oral de vida); (d) as entrevistas – realizadas em tantas sessões quantas forem necessárias, seguindo as disposições do pesquisador e do colaborador – são gravadas e/ou filmadas para posteriormente serem transformadas em textos escritos numa sequência de momentos aos quais chamamos transcrição (ou degravação) e textualização: do registro da oralidade (em fitas K-7 ou suportes digitais) passa-se à degravação bruta (elaborando-se um primeiro registro escrito); dessa degravação bruta (ou transcrição, como temos chamado) passa-se à primeira textualização (que implica editoração da transcrição) à qual seguem tantas textualizações quantas julgadas necessárias para “apurar” o texto, sempre em negociações com o

¹²⁷ Usamos o termo “esboço” dado que o processo que leva da oralidade à escrita subentende diferentes momentos de registro.

depoente. Não há regras para textualizar e essa operação depende fundamentalmente da sensibilidade e do estilo de redação do pesquisador. Uma das disposições exigidas para essa dinâmica de elaborações textuais, por exemplo, é tentar manter, tanto quanto possível, o “tom vital” do depoente, isto é, a construção de frases nas quais se reconheça (e o próprio depoente se reconheça em) seus modos de falar. Há ainda a possibilidade de que um dos momentos de textualização envolva uma “transcrição”, isto é, uma composição teatralizada, ficcionalizada, construída a partir dos depoimentos.

Para além das práticas canônicas

Entende-se que a História Oral gera fontes historiográficas e que o pesquisador, ao analisar essas fontes, pode estabelecer uma versão acerca do contexto abordado pelas fontes (criando, portanto, outra fonte). Num trabalho analítico dessa natureza, uma grande variedade de recursos/fontes (e, conseqüentemente, de pontos de vista) é mobilizada além dos depoimentos orais. Os pontos de vista (as verdades do sujeito e das outras fontes disponíveis) são postos em diálogo sem que uma fonte seja valorada de modo diferenciado, posto que cada um desses recursos abre a possibilidade de conhecer perspectivas alternativas, ainda que não poucas vezes conflitantes. Assim, à pergunta “No que essa forma de ‘escrever história’ se diferencia das práticas usuais de escrever história, inclusive daquelas perspectivas mais ‘clássicas’ ou ‘canônicas’ de produzir Historiografia?”, respondemos: é possível, ao promover um diálogo entre várias perspectivas (e talvez, principalmente, por mobilizar depoimentos orais), realçar a subjetividade dos pontos de vista; é possível percebermos quais futuros foram projetados; quais estratégias relativas à memória foram disparadas por cada um dos depoentes ao criarem seus passados: é possível, em suma, reconduzir a subjetividade para dentro das práticas historiográficas e, num campo mais amplo, para dentro das práticas científicas. A realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da História Oral – afirma Paul Thompson (1992) – é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, ela permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista. O único e precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual – complementa Alessandro Portelli (1987, 1991) – é a subjetividade do expositor. Fontes orais nos contam não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez. Assim, interessa saber como os materiais da história são organizados pelos narradores de forma a contá-la, pois a construção da narrativa revela um grande empenho na relação do relator com sua história.

Imparcialidade, Subjetividade e Objetividade

Tanto às fontes criadas com a História Oral quanto às fontes constituídas a partir das análises dessas fontes por pesquisadores historicamente contextualizados, cumpre ressaltar a subjetividade dos depoentes e tais registros são, ao mesmo tempo – advogamos – imparciais e objetivos. São imparciais e objetivos não no sentido comum dado a esses termos, mas num sentido mais “originário”, como já apontado por Hannah Arendt.

Arendt (1997) nos conta que a imparcialidade – e com ela toda Historiografia legítima – veio ao mundo quando Homero decidiu cantar os feitos dos troianos não menos que os dos aqueus, e louvar a glória de Heitor não menos que a grandeza de Aquiles. Essa imparcialidade homérica, ecoada em Heródoto, que decidiu impedir que “os grandes e maravilhosos feitos de gregos e bárbaros perdessem seu devido quinhão de glória”, é ainda o mais alto tipo de objetividade que conhecemos, diz Arendt. Não apenas deixa para trás o interesse comum no próprio lado e no próprio povo – que até nossos dias caracteriza quase toda a Historiografia nacional –, mas descarta também a alternativa de vitória ou derrota, e não permite que ela interfira com o que é julgamento digno de louvor imortalizante. A autora destaca que, expresso de forma magnífica por Tucídides, aparece ainda na Historiografia grega outro poderoso elemento que contribui para a objetividade histórica. Na incessante conversa dos cidadãos uns com os outros, os gregos descobriram que o mundo que temos em comum é usualmente considerado sob um infinito número de ângulos, aos quais correspondem os mais diversos pontos de vista. Os gregos aprenderam a olhar sobre o mesmo mundo a partir do ponto de vista do outro, a ver o mesmo em aspectos bem diferentes e frequentemente opostos. Para Arendt, as falas em que Tucídides articula as posições e interesses das partes em conflito são, ainda, um testemunho vivo do extraordinário grau de sua objetividade (ARENDR, 1997).

Em tempos modernos, porém, “objetividade” passou a significar “extinção do eu”, “negação da subjetividade” (uma “objetividade eunuca”) e, nessa acepção, tornou-se uma das matrizes da história metódica¹²⁸ tornada modelo para a historiografia ocidental até os *Annales*, mas ainda hoje presentes. Manter-se apegado a uma tal visão conservadora é desconhecer que esse debate já foi há muito ultrapassado no quadro de referência das ciências, é ignorar que “a oposição do século XIX entre Ciências Naturais e Históricas, juntamente com a pretensa objetividade e precisão absoluta dos cientistas naturais, é hoje¹²⁹ coisa do passado”. De acordo com Arendt, os cientistas naturais admitem agora que, com o experimento, que verifica processos naturais sob condições prescritas, e com o observador, que ao observar o experimento se torna uma de suas condições¹³⁰, introduz-se um fator “subjetivo” nos processos “objetivos” da natureza (ARENDR, 1997: 78-9).

Optar pela História Oral, portanto, implica conceber imparcialidade e objetividade sob um “novo” prisma. Aliás, um “novo” prisma bastante antigo, mas muitas vezes negligenciado por enfrentamentos que optam por considerar objetividade e subjetividade como negação uma da outra; insistindo em afirmar

¹²⁸ “Objetividade, a ‘extinção do eu’ como condição da ‘visão pura’ (*das reine Sehen der Dinge*, Ranke), significava a abstenção, de parte do historiador, a outorgar louvor ou opróbrio, ao lado de uma atitude de perfeita distância com a qual ele deveria seguir o curso dos eventos conforme foram revelados em suas fontes documentais. /.../ Objetividade significava não-interferência assim como não-discriminação” (ARENDR, 1997: 79).

¹²⁹ E observemos que o “hoje” de Hannah Arendt são os anos da década de 1950 (nota nossa).

¹³⁰ A enunciação de Heisenberg, em seu Princípio da Incerteza, é emblemática nesse sentido (nota nossa).

que a imparcialidade exige que o pesquisador situe-se num não-lugar, além dos desejos, interesses e circunstâncias humanas. Defendemos um redimensionamento da Historiografia, que passa a ser vista – como nos inspirou Borges – como o registro das diversas entonações de algumas metáforas, ecoadas de várias histórias tomadas como essenciais; ou como apontou Cohen (2000: 25), como sendo apenas um outro texto numa procissão de textos possíveis, sem qualquer garantia de significação singular.

Conclusões

As disposições desse artigo, segundo crê o autor, prescindem de “conclusões” formais, posto que se trata de discutir, aqui, mais propriamente, algumas facetas de um método cuja aplicação tem se mostrado produtiva para trabalhos em Educação Matemática. Entretanto, pode-se ressaltar, dentre nossas intenções com este texto, a de explicitar, mais uma vez, que a História Oral é uma metodologia de pesquisa que envolve coleta e tratamento de depoimentos e que, como tal, não se presta apenas ao desenvolvimento de trabalho de natureza historiográfica. Inserida recentemente no campo das pesquisas em Educação Matemática, a História Oral mantém e reforça a vitalidade de uma gama de abordagens chamadas genericamente de “qualitativas”, já usuais no panorama da área, mas dela se diferenciando quanto a alguns pressupostos e procedimentos. Mais especificamente, esse texto afirma que uma das funções precípuas do oralista é a constituição de fontes (fontes assumidas como historiográficas) e que o uso das fontes produzidas, em investigações (propriamente historiográficas ou não) específicas, requer que o oralista posicione-se quanto a uma concepção de ciência e, particularmente, de história, concebendo de forma alternativa (em relação às práticas “canônicas”) os conceitos de imparcialidade, subjetividade e objetividade.

Referências Bibliográficas

- ARENDE, H. (1997). Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva.
- COHEN, J. J. (2000). A cultura dos monstros: sete teses. In SILVA, T. T. da. (2000). Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. Belo Horizonte: Autêntica.
- CONNELLY, F. M e CLANDININ, D. J. (1995). Relatos de experiencia e investigación narrativa. In: LARROSA, J; ARNAUS, R.; FERRER, V.; PÉREZ DE LARA, N.; CONNELLY, D. J. y GREENE, M. Déjame que te cuente: ensayos sobre narrativa y educación. Barcelona: Laertes.
- GARNICA, A.V.M. (2010). Outras inquisições: apontamentos sobre História Oral e História da Educação Matemática. Zetetiké, UNICAMP. (no prelo).
- GARNICA, A. V. M.; FERNANDES, D. N.; SILVA, H. da. (2011). Entre a amnésia e a vontade de nada esquecer: notas sobre Regimes de Historicidade e História Oral. BOLEMA, Rio Claro. (no prelo).
- GOMES, M. L. M. (2010). História da Educação Matemática: a propósito da edição temática do BOLEMA (Editorial). BOLEMA, Rio Claro, v. 23, n. 35a, p. vii-xxvii.
- GOMES, M. L. M.; BRITO, A. de J. (2009). Vertentes da produção brasileira em história da Educação Matemática. BOLEMA, ano 22, n. 34, p. 105-130.

- GOMES, A. de C. (2009). *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum.
- HARTOG, F. (1996). Time, History and the writing of History: the order of time. ANAIS. KVHAA Konferense. Estocolmo: 1996, v. 37, pp. 95-113.
- JOUTARD, P. (1999). *Esas voces que nos llegan del pasado*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- MIORIM, M. A. (2005). Relações entre história e educação matemática: um olhar sobre as investigações brasileiras. In: BROLEZZI, A. C.; ABDOUNUR, O. J. In: SEMINÁRIO PAULISTA DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA — SPHEM: possibilidades de diálogo, 1., São Paulo. Anais... São Paulo: IMES-USP. p. 79-93.
- PORTELLI, A. (1987). Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História, n.15. São Paulo: Educ.
- PORTELLI, A. (1991). *The death of Luigi Trastulli and other stories – Form and meaning in Oral History*. New York: State University of New York Press.
- PORTELLI, A. (2010). *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- ROCHA, H.; MAGALHÃES, M.; GONTIJO, R. (orgs.). (2009). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV.
- SOUTO, R. M. A. (2010). História na Educação Matemática: um estudo sobre trabalhos publicados no Brasil nos últimos cinco anos. *BOLEMA*, v. 23, 35B, p. 515-536.
- THOMPSON, P. (1992). *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.